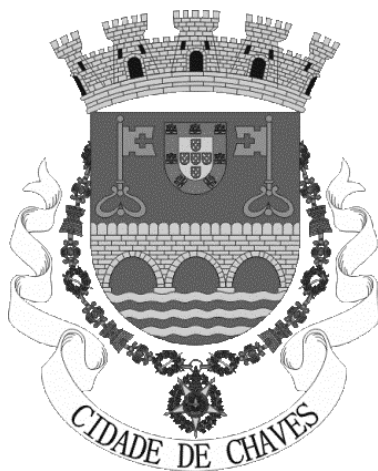


“Enquanto os homens forem óbvios,
as mulheres parecerão misteriosas”

Às Margens do Tâmega



Texto Autobiográfico
de
Rui Carvalho

Segunda edição - Novembro de 2015

Foto de capa: Margens do Rio Tâmega (Chaves/Portugal)

Autor: JB César

Outras fotos e ilustrações: arquivo pessoal/Internet

Índice

Prefácio	12
A Família Carvalho	16
As visitas à casa do Sabugueiro	40
As brincadeiras do canto do rio	53
O Jardim-Escola João de Deus	71
O fim do sonho	86
Na toca do lobo	103
Tradições Transmontanas	125
O contador de histórias	136
Anos rebeldes	152
A primeira grande paixão	172
Será que Freud explica?	181
O despertar do Santo do pau oco	201
Nasce o líder estudantil	217
Orgulhosamente sós	221
A Revolução dos Cravos	230
Do acordeon à primeira banda	251
O Addox Clube	263
The book is on the table	275
As tardes no Centro de Juventude	278
O Conclusão – primeira banda	287
Um amor à primeira vista	297
A agitada cena política	330
O dia D	340
Vida dupla – pesadelo do verão!	366
Xeque-Mate	394
Enfim, a primeira vez!	413
O fim do <i>Conclusão</i>	431
O inesquecível <i>Aquae Flaviae</i> de 74/76	447
Do céu ao inferno	471
O adeus – <i>Dio como ti amo!</i>	510
Epílogo	542

Amizade

“Amigos são os que na prosperidade comparecem ao ser chamados, e na adversidade, sem serem chamados.”

Demétrio I - rei da Macedônia

Liberdade

“O homem livre é aquele que não tem medo de ir até o fim de seus pensamentos.”

Léon Blum

Dedico este livro ao meu Pai, falecido em cinco de outubro de 2012, com a certeza de que, se o lesse, compreenderia as minhas razões.

Rui Carvalho

MOTIVAÇÃO E AGRADECIMENTOS

A vontade de escrever sobre os primeiros anos de minha vida esteve presente nos últimos trinta anos. As tentativas só não foram mais numerosas que as dificuldades, que eram de toda a ordem, inclusive de inspiração. Comecei a alinhar as primeiras frases, ainda em Portugal, no alvorecer dos vinte anos. Comecei descrevendo alguns acontecimentos num manuscrito que guardo até hoje como relíquia. Com a ingenuidade típica da adolescência, dei-lhe o nome pomposo de *“Fragmentos de uma Vida”*. Abandonei a idéia tão logo a vida me deu algum juízo. Já no Brasil, organizando antigas lembranças de uma velha caixa trazida na bagagem, deparei-me com aquele caderno de capa vermelha, com pouco mais de 20 páginas escritas. Dei-lhe continuidade e escrevi mais vinte e tantas páginas, mas parei. Achei que não tinha o que contar. Estava já com 28 anos e achei que devia deixar o passado onde estava. Esqueci o projeto por mais vinte anos, até que, já próximo de completar meio século, roído pela saudade e amolecido pela nostalgia, resolvi que precisava, ao menos, escrever algumas memórias para desabafar as amarguras, expurgar dúvidas e certezas de uma existência com muitos solavancos, com mais erros que acertos. Não conseguia tempo nem disposição, e mais um par de anos se passou até que a oportunidade surgisse. Mais recentemente, nas viagens que fiz a *Chaves*, minha terra natal, de férias, as lembranças do passado tornaram-se cada vez mais constantes e doloridas e então achei que estava maduro, que a hora havia chegado. Decidi que terminaria o bendito livro, mesmo que nunca viesse a ser publicado.

Ao colocar mãos à obra a primeira dúvida foi se o que eu queria escrever tinha algum interesse ou relevância para as outras pessoas, para o eventual leitor. Em conversas com amigos percebi que valia a pena tentar. Se ninguém mais o lesse, não importava, eu o faria e me daria por satisfeito. Escreveria para mim, e para meus filhos, principalmente. Tomada a decisão deparei-me com as dificuldades normais de quem nunca havia escrito um texto tão longo. Como ordenar os fatos e as situações? Cronologicamente ou aleatoriamente? Que tipo de linguagem usar? Afinal eu já estava no Brasil há mais de três décadas e tanto o meu vocabulário quanto a elaboração do raciocínio, estavam já contaminados pela leveza e lassidão dos trópicos. Eu era um *brasileiro* tentando escrever em *português*. O texto não fluía, os fatos perdiam-se no tempo, e a memória, que nunca foi meu forte, não ajudava muito. A vontade era imensa, mas faltava-me inspiração. Faltava aquele estalo criativo que costuma estar na base dos grandes projetos. Não que este seja um grande projeto na verdadeira acepção do termo. Mas é, com toda a certeza, o MEU grande projeto. Em Dezembro de 2009 fui a Chaves passar o Natal e resolvi, com a ajuda do *Paulo Setas*, *Madalena Setas*, *Quim Barrigas*, *Hernâni Castro Lopo*, *Beto Serra*, meu editor, *JB César* e mais meia dúzia de abnegados reunidos no *facebook*, organizar um almoço com amigos de infância. Prevíamos a presença de 15 ou 20, acabamos confraternizando com nada menos que 45 malucos que vieram de vários lugares do país para matar saudades. Foi o estalo que estava faltando. Ali, nos salões do *Hotel Forte de São Francisco*, em cujas muralhas tanto havíamos brincado na infância, ao rever amigos que não via há mais de duas décadas, ao perceber que os sorrisos ainda eram francos e os abraços afetuosos, tive a certeza de que havia chegado a hora de realizar meu sonho. Regressei ao Brasil com o firme propósito

de terminar o texto que havia iniciado 35 anos antes. Estava munido de novas informações, com as lembranças reavivadas por aquele convívio natalino, e com a certeza de que só teria paz se terminasse o projeto.

Depois de alguma pesquisa cheguei à conclusão de que deveria optar pelo género do *romance autobiográfico*. A razão disso é que nele há liberdade para inventar, criar, modificar e alterar fatos e situações. A única obrigatoriedade é basear-se em fatos, mas, como romance, não é preciso ser fiel a eles, há espaço para a ficção. Ora, isto vinha muito a calhar para amenizar o problema da falta de memória, e, claro, para possibilitar uma narrativa mais interessante, mais ao gosto do leitor. Não estando preso à frieza da realidade, ficava mais fácil emprestar interesse a situações corriqueiras, a acontecimentos banais, dando-lhe um arredondamento mais, digamos, literário, mais romanceado. Isso serviu também para dar a volta a situações embaraçosas, já que, como história autobiográfica, eu lidava com pessoas reais, e com nomes verdadeiros. Em conversa com meu editor, grande amigo e incentivador, *JB César*, que tanto contribuiu para que este trabalho tivesse um rumo, decidi que manteria quase todos os nomes reais dos personagens, com exceção de dois ou três que, por razões óbvias, foram alterados. Antes de decidir pela publicação do livro, também consultei uma das principais personagens da história, *Maria de Fátima Nascimento Silva*, a *Faty*, minha namorada entre 1974 e 1976, musa inspiradora deste trabalho. Foi ela a primeira a ler o texto e a autorizar-me, tacitamente, a usar seu nome verdadeiro.

A história cobre os primeiros 21 anos de minha vida, e passa-se em *Chaves*, Portugal, cidade onde nasci e vivi nesse período. Evidentemente nem tudo é contado, pois não

pretendi fazer uma narrativa histórica ou uma varredura minuciosa dos 7.676 dias que decorreram entre meu nascimento e minha vinda para o Brasil. Por causa dessa característica, o livro não fala de todos os amigos com quem convivi, de todas as pessoas que cruzaram o meu caminho, pois isso nem seria possível. Aos que não são mencionados peço compreensão e ofereço meu respeito e gratidão. O critério que utilizei foi o de narrar apenas determinadas passagens, dentro de um roteiro que escolhi com base na quantidade de detalhes que encontrei na memória. Não houve, de minha parte, nenhuma tentativa de fazer juízo de valor, nem de privilegiar uns em detrimento de outros. Há amigos íntimos que sequer são mencionados, e outros, apenas conhecidos, que, por força da narrativa, aparecem com algum destaque. Não se iludam. Os verdadeiros amigos, mencionados ou não, ocupam posição importantíssima no lugar que merecem: meu coração. A eles a minha eterna gratidão pela generosidade e desprendimento com que sei que vão entender a sua ausência neste livro. Aos mencionados, meu muito obrigado por fazerem parte desta viagem tão louca. Por emprestar-me uma parte de suas histórias de vida para enriquecer a minha própria história. Por terem feito parte desta minha aventura de viver. Não se zanguem pela maneira como são aqui retratados, pois ela não é necessariamente a expressão da verdade, mas apenas fruto da minha percepção, e resultado da minha necessidade de *usá-los* em favor da narrativa. Estamos envelhecendo, e, por isso, mais melancólicos e saudosistas. Em nome disso ousou pedir-lhes que me perdoem alguma veleidade, e que procurem debitar as incorreções na conta da *licença poética* que é assegurada a todos os que precisam abrir a alma para se redimir do passado.

À minha família, que aqui expus ao julgamento público, peço tolerância e compreensão. Não quis promover um julgamento, pois não teria a necessária isenção e imparcialidade, mas oferecer uma oportunidade para que reflitam sobre o impacto de suas ações e omissões na formação da minha personalidade. Aos que vão me julgar, e sei que muitos o farão, peço equilíbrio e parcimónia. Apresentar-me nu, liberto de qualquer pudor ou preconceito, não foi uma decisão fácil. Só consegui expor-me de forma tão absoluta por ter certeza de que o mais severo dos juízes sou eu mesmo, é minha própria consciência. Não temo os algozes, os justiceiros morais. O que temo é viver sem ter conseguido compreender qual é o propósito de tudo. O que não aceito é partir sem deixar que meus amigos compreendam, não só o que fui, mas também e principalmente o que tentei ser.

Por fim quero agradecer aos meus filhos, *Fábio, Mariana e Camila*, por terem amenizado muito a minha luta com os fantasmas que combati. Quero pedir-lhes que leiam este livro com carinho e humildade, com o espírito desarmado e a alma leve. Só assim poderão compreender tudo que fui e o que não fui para eles. Só assim poderão, um dia quem sabe, perdoar-me por tantas ausências, e entender as escolhas que fiz. A eles, e às muitas mulheres que me amaram e que amei, a minha gratidão, o meu respeito e o meu eterno carinho. E agora chega, que isto não é uma carta de despedida, mas apenas uma forma de dizer que os amo e que sempre foram a razão maior da minha vontade de seguir em frente. Vamos continuar escrevendo nossa história, e tentar, quem sabe, construir uma família mais feliz. Sei que ainda há tempo, é preciso que haja tempo. Haverá tempo. Se quisermos.

Nota do Autor:

Optei por escrever este livro em “*português de Portugal*”. Com isso mantive a originalidade dos diálogos e respeitei o espírito da narrativa. Espero que o leitor, ajudado pelo contexto, possa compreender o que quis dizer. Caso contrário, uma consulta ao google poderá ajudar a “traduzir” alguns termos usados. Muitos deles, entretanto, são gírias usadas na época, na região de Trás-Os-Montes, local onde se passa toda a ação. Creio que mesmo elas não comprometerão a compreensão do texto. Espero que se divirtam, riem e chorem como eu fiz, várias vezes, enquanto transpunha meus pensamentos para o papel. Ler é uma viagem, mas é preciso deixar-se levar, não resistir à toada, ter persistência para seguir lendo, mesmo quando o que lemos contraria nossas convicções. É que só no controverso conhecemos nossa verdadeita face. É no outro que melhor nos vemos, é discordando que podemos avançar, melhorar, quem sabe, mudar.

Rui Carvalho – Novembro de 2010

Conheça alguns personagens



Lídia, minha mãe, eu e Cristin



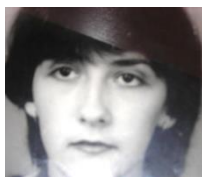
Diamantina Ribeiro
Avó Materna



Manuel de Abreu
Avô Materno



Eu e Armina Carvalho
Avó paterna



Faty Nascimento
(minha motivação para o livro)



Eu aos 17 anos



Luis Costa



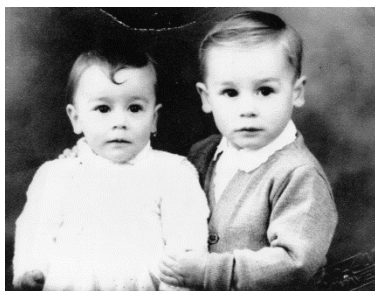
Hernâni Castro Lopo



Tóquim Carneiro



Quim Barrigas

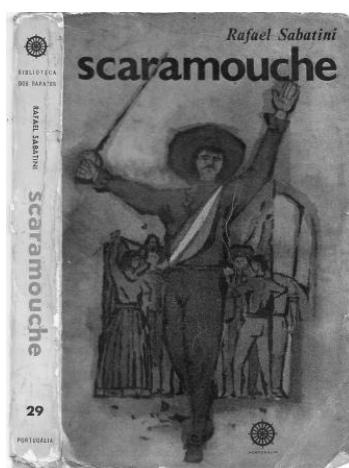


Minha irmã, Cristina (1 ano) e eu (2 anos)

PREFÁCIO

Parece que foi ontem que comecei, aos 22/23 anos de idade, a leccionar no então “Liceu de Chaves”. Numa das turmas que me foi atribuída tive como meu aluno um adolescente de nome *Rui Jorge de Abreu Pereira de Carvalho*. Esse jovem sobressaía da maioria pela sua apetência pelas actividades literárias. Desde cedo me apercebi que o Rui tinha “uma veia de escritor”, mas eu próprio era um jovem professor que iniciava a minha actividade docente, o que me deixava cheio de dúvidas sobre uma avaliação baseada numa inexperiência por parte do “avaliador”. Tal fato não foi impeditivo de confiar no que intuía e, desde o primeiro momento, incentivar esse meu aluno a procurar desenvolver e aperfeiçoar essa sua “vocação nascente”. Como o Rui refere no capítulo XXII desta obra, a admiração em mim suscitada pelo “livro” que estava a escrever levou-me a dedicar uma aula semanal à análise estrutural (formal) bem como ao conteúdo do mesmo. Todos participávamos nesta tarefa – o Rui à mesa, eu sentado na carteira dele e os restantes alunos nos seus lugares. Face ao exposto, só posso dizer que, muito embora não me lembre de uma maneira muito precisa, como é óbvio, do conteúdo e da forma da escrita do Rui, devo ter sido “tocado” de um modo

muito especial para eu a utilizar como material literário e linguístico a ser alvo de análise nas aulas de Português. O meu entusiasmo chegou ao ponto de lhe oferecer um livro juvenil (*Scaramouche*), também citado por ele neste capítulo XXII, com uma dedicatória a incitá-lo a enveredar por uma carreira literária. Foi com uma enorme alegria que constatei que esse livro e essa dedicatória também “cumpriram” na íntegra a sua missão: levar o meu ex-aluno a acreditar nas suas



Capa original do livro que ganhei do Prf. Jorge de Souza e que guardo até hoje

potencialidades e a não desistir do seu projecto. Hoje, passados tantos anos, devido às novas tecnologias – informática e Internet mais propriamente falando – fui reconhecido no “Facebook” pela Maria Augusta, outra discípula contemporânea do Rui que, de imediato, nos pôs em contacto. De forma titubeante tentámos “confirmar” que éramos o professor e o aluno que havia muitos anos atrás tinham protagonizado tudo o que até aqui foi narrado.

Chegados à conclusão de que não havia margem para erros, reiniciámos a amizade e as memórias interrompidas por um lapso de tempo tão longo, cerca de trinta e oito anos. Foi então que o Rui me remeteu para a leitura desta obra publicada no seu blogue. Confesso que me emocionei imenso à medida que a ia lendo. Senti avivar-se na minha memória todo um passado que me era grato e não imaginava que se encontrasse tão profundamente gravado na do Rui, na daquele jovem, hoje homem, que de forma determinada, levou por diante o seu sonho.

Não tenho a pretensão de ter tido um papel relevante na vida literária do Rui, pois privámos muito pouco um com o outro, todavia, sinto uma certa “responsabilidade” e, diria mesmo, orgulho, por ter estimulado nesse jovem aluno a vontade de trilhar esse caminho. Afinal, o inexperiente “avaliador e docente”, não estava enganado, bem pelo contrário, o Rui tinha mesmo talento para voar e voar bem alto, que o digam os leitores desta obra e de outras assinadas por este meu querido ex-aluno, e depois de tantos anos, actual amigo.

Jorge de Sousa – Professor Aposentado
Tavira, Portugal, 04 de Outubro de 2010

Parece ser
com este que mantinha
o mesmo interesse por Portugal
que este livro seja para si como
de ter expresso no âmbito de facto positivo
Um abraço do professor amigo
Jorge Manuel Faria de Sousa
Chaves 25/1/72

Rui
Pai Jorge Abreu Pereira Carvalho
RUA DO Sabugueiro
CHAVES

Dedicatória escrita pelo Prof. Jorge em 25/01/1972 e que me incentivou a escrever

I A FAMÍLIA CARVALHO

Tinha sete anos quando os meus pais se separaram. Ainda não sabia, mas aquilo seria o fim do mundo, pelo menos do meu. Não fazemos ideia nenhuma do quanto um fato como esse pode afetar a nossa vida adulta, até que seja tarde demais e as marcas estejam já incrustadas na nossa personalidade, causando prejuízos irreparáveis. Raramente aprendemos com os erros dos nossos pais. Preferimos criticá-los ao invés de procurar entendê-los. Nem poderia ser diferente – infância e adolescência são sinónimos de rebeldia e transgressão. Frequentemente repetimos os equívocos que presenciamos nas nossas famílias, que aprendemos com os nossos pais através do exemplo. É mais ou menos como se já começássemos a nossa vida marcados pelo pecado original. No meu caso, por exemplo, esse pecado revelou-se na forma de certa incapacidade, ou inaptidão, por assim dizer, de constituir uma família normal, relacionamentos duradouros baseados em laços afetivos fortes. É uma pena, ou uma sina? Não importa. Isto não passa de uma despreziosa reflexão que faço antes de apresentar-lhes a minha família. Sim, eu também tenho uma!

Estávamos na metade de 1962 e eu vivia na cidade onde nasci, Chaves, uma cidadezinha muito antiga, fundada pelos romanos durante a ocupação da Península Ibérica há cerca de dois milénios. A elevação a município data do ano 79 d.C., quando quem dava as cartas no Império Romano era o imperador Tito Flávio Vespasiano. O seu território compreende o rico vale do rio Tâmega, e estende-se por pouco menos de 600 quilómetros quadrados, no norte de Portugal, na região hoje chamada de Alto Trás-os-Montes. A

Serra do Brunheiro e as montanhas da Galiza, já no lado espanhol da nossa conveniente dualidade, são testemunhas da sua beleza única. Digo conveniente dualidade porque nós, transmuntanos, embora portugueses de uma das cepas mais legítimas, gostamos de ser chamados de espanhóis, ou galegos, desde que isso nos proteja dos habituais desmandos do governo de Lisboa. É como uma espécie de refúgio, uma vacina. Se Lisboa nos ignora, relegando-nos a segundo plano, nós os renegamos, transferindo nosso patriotismo para o lado de lá da fronteira. Como se vê, muito conveniente. Na maior parte do tempo, porém, como bons vizinhos, abusamos do direito de espezinhar os galegos verdadeiros, como se fossem um estorvo, um implante ali colocado para nos atrapalhar, quase uma intromissão, um calo que *não mata, mas que mói*, como diria Rui Veloso. Quem melhor sintetizava esse sentimento era a minha avó paterna, Arminda, que fazia questão de nos lembrar que “*da Espanha, nem bons ventos nem bons casamentos*”. Era uma clara demonstração do carinho que devotávamos aos *nuestros hermanos* do outro lado da fronteira, que fica a pouco mais de dez quilómetros da casa onde morava.

Mas, enfim, implicâncias à parte, a verdade é que, por norma, transmuntanos e galegos entendiam-se muito bem, principalmente depois que as feridas resultantes das ditaduras fascistas de Francisco Franco, na Espanha, e António Salazar, em Portugal, puderam ser cicatrizadas. Ou deixadas de lado, porque talvez seja mais acertado dizer que perdoadas ou compreendidas nunca o serão, pois cicatrizes são assim mesmo, nem com plástica costumam desaparecer. Mas digamos que, no caso de ditaduras, é bom que assim seja, servem, na falta de melhor uso, para nos lembrar de um tempo em que era proibido sonhar ou pensar. Como perdoar ou compreender uma violência tão atroz?

Mas vamos voltar à minha cidade, sempre linda e faceira, com ou sem ditadura. Chaves é muito luminosa, acolhedora, e esparrama-se languidamente pelas verdes e férteis margens do rio Tâmega, um afluente do Douro, que, como parte de nós, tem raízes na vizinha Espanha. O Tâmega, aliás, sempre foi a sua alma e o seu charme, e foi em volta dele, espreguiçando-se nas suas margens, que a cidade amadureceu. Na época aqui relatada, meados de 1962, pouco mais de dez mil habitantes tentavam sobreviver ao isolamento imposto pela ditadura, e levar uma vida que, ao menos, parecesse normal. Um dos nossos orgulhos são as Caldas de Chaves, um dos mais destacados balneários hidrominerais do mundo, que atende milhares de usuários a cada temporada, trazendo fama à cidade desde a antiguidade, e fortuna ao comércio e serviços, principalmente no Verão, que se estende de Junho a Setembro. A origem dessa maravilha está nos primórdios da própria fundação da cidade, quando os primeiros romanos que por ali se estabeleceram descobriram algumas nascentes de águas minero-medicinais, que brotavam do solo a incríveis 73 graus centígrados. Não era só a água que fervia, ferveu também o orgulho do imperador, quando o seu nome foi dado ao primeiro núcleo urbano ali iniciado, justamente para aproveitar e explorar aquelas águas milagrosas. Não importa se por bajulação ou mérito, o fato é que uma das explicações mais comuns sustenta que os responsáveis pela descoberta resolveram dar-lhe o nome de Águas de Flávio, ou *Aquae Flaviae*, em latim. Fica assim explicada a razão de chamarem-se *flavienses*, e não *chaveiros*, os felizardos ali nascidos, como eu!

Foi nessa singular cidade, com nome originalmente pomposo e história povoada de batalhas e heróis, que eu nasci às 23h00

do dia 21 de Setembro de 1955. O meu pai, embora nascido no Rio de Janeiro, pertencia a uma família local, respeitada e tradicional, daquelas típicas famílias da classe média portuguesa de então, quase sempre com mais modos do que dinheiro. Os meus avós paternos, ambos filhos de abastados lavradores das redondezas, mais por capricho do que por necessidade, pasmem, resolveram tentar a vida no Brasil e foram para o Rio de Janeiro no início da década de vinte. Já lá estavam quando os aviadores portugueses Carlos Viegas Gago Coutinho e Artur Freire de Sacadura Cabral, a bordo do *Lusitânia* completaram, em Março de 1922, a primeira travessia aérea do Atlântico Sul. Os meus avós achavam, talvez, que a vida no Rio de Janeiro seria mais branda do que nos confins de Trás-os-Montes, onde o clima e o povo, ambos de forte temperança, não combinavam muito com personalidades sensíveis, gostos refinados e mentes menos brutas. No orçamento familiar, o dinheiro, sempre o fascinante e vil dinheiro, rareava mais pela avareza típica dos patriarcas da família do que propriamente pela sua escassez. Era o estilo Serôdio (apelido do meu bisavô) de administrar a família. O meu avô não quis saber, pegou a delicada esposa, meteu-se num navio e, tal qual a família real em 1808, exilou-se voluntariamente no Rio de Janeiro.

A temporada tropical revelou-se um erro que duraria apenas dois anos, mas, para não perderem a viagem, ou contagiados pela lassidão e sensualidade dos trópicos, entre um *samba de breque* e um *fado castiço*, os meus avós acabaram por conceber a figura que seria o meu pai trinta e três anos depois. Nascia no bairro da Lapa, hoje baluarte da boémia *carioca*, Waldemar Pereira de Carvalho, com quem eu aprenderia muitas coisas ao longo da vida. Para ser franco, muito mais o que não fazer do que propriamente exemplos a seguir. O

pequeno *carioca*, com apenas dois aninhos, em 1923, seria levado para Portugal pelos seus desiludidos pais, já convencidos pela dureza da vida de emigrantes no Rio de Janeiro, a aceitar o relativo conforto de Trás-os-Montes, trajeto que eu faria no sentido inverso muitos anos depois. Perversa ironia! Mas as boas ironias são assim mesmo, perversas e deliciosamente sedutoras. Ou sedutoramente deliciosas? Enfim, fiquemos com o benefício da dúvida.



Chaves na década de 60

De regresso a Chaves, os Carvalhos costumavam dizer aos amigos que no Brasil fazia muito calor, não sendo o clima muito saudável para criar um filho. O argumento, para os mais cétricos, soava como alegoria de carnaval *carioca*. Na verdade, o que os meus avós queriam dizer é que não tinham o perfil típico dos emigrantes portugueses. O senhor José António de Carvalho, que pelos padrões de então já tinha estudado o bastante ao completar o quinto ano liceal, gostava das boas coisas da vida, era adepto fervoroso do *carpe diem* na sua mais mundana acepção. Quem pode culpá-lo? Vinha de uma família abastada, sem luxos mas com muitos mimos, e

pouco habituado a calejar as mãos. Não aguentou muito tempo as agruras de ser emigrante, e só quem é ou já foi pode saber do que estou a falar. Ter que trabalhar de sol a sol para economizar algo que valesse a pena, não estava nos seus planos. Não, esse não era o seu sonho, não era a sua vocação, tinha apenas satisfeito mais um capricho de menino bem criado. Fim da odisséia brasileira. Início do calvário português!

Enfim, de volta ao torrão natal, trouxeram na bagagem o *brasileirinho* de pouco mais de dois anos. Meses depois, aprovado em concurso, o meu avô acabou por entrar para o serviço público, trabalhando como oficial de justiça no tribunal de Chaves, onde investiria mais de quatro décadas numa carreira cinzenta e sem brilho. Dizem que por conta da pouca simpatia que nutria pelo regime de Salazar, e, pelas suas constantes críticas aos baixos salários e à ausência de meritocracia, colaram nele o rótulo de subversivo. Ainda tenho as minhas dúvidas se essa postura tinha algo a ver as com suas convicções políticas, coisa difícil de se ter, naquele tempo. Nem convicções era permitido ter, o que dirá políticas! Acho que o motivo era um pouco mais prosaico, mais pragmático, puro desentendimento entre patrão e empregado, mas, enfim, as coisas eram assim mesmo, quem não estivesse a favor do regime, por certo estava contra e teria que sofrer com o ostracismo e o esquecimento. Deixaram-no apodrecer ali, enterrado naquela sala sombria, desempenhando funções burocráticas no meio de um mar de servilismo por mais de quarenta anos. Aguentou enquanto pôde, reformou-se quando lhe permitiram e era infeliz ao morrer, em 1968, ainda sem poder ver a democracia na terra que tanto amou.

Já o *carioquinha* Waldemar, esse é um caso à parte e merece um pouco mais de atenção, senão vejamos: pouco afeito ao trabalho pesado, talvez consequência da exposição prolongada ao calor da terra natal, o meu pai teve todas as oportunidades e não aproveitou nenhuma. Em vez de cuidar da própria vida como qualquer mortal adulto, preferiu empenhar-se numa briga de egos com o meu avô, como faria qualquer adolescente. Imaturidade? Insegurança? Vaidade? Orgulho? Insensatez? Misture-se tudo isso num pote e tem-se a matriz de comportamento do meu pai. Sabe-se lá porquê, ou até mesmo por causa dessa indigesta mistura, fazia questão de optar por tudo quanto fosse profissão que desagradasse ao sisudo senhor Carvalho *do Tribunal*. Parecia uma luta de (egos) gigantes, mas era pura sandice. Nunca consegui descobrir qual era mais teimoso. Mas também não sou a pessoa mais indicada para fazer essa avaliação, uma vez que, por (de)feito genético ou ironia do destino, também não sou lá um primor de tolerância em questões de princípio, nem muito flexível nas minhas opiniões. Defendo-as como se convicções fossem, e cultivo certa tendência para empacar feito mula, quando contrariado. Coisa de (mais um) menino Carvalho mimado! Quando vejo a minha inflexibilidade criticada, na tentativa inócua de aliviar a minha consciência, lanço mão de um argumento carregado de sofisma: *que a teimosia é uma das características mais conhecidas dos transmontanos!* Ora bem hajam. É sempre conveniente termos uma desculpa para os defeitos. Isso não os diminui, mas dá-nos a resposta que precisamos na hora da necessidade e alivia-nos o peso de termos que encarar a consciência quando finalmente ganhamos a discussão. Pois, tudo muito conveniente e prático.

O meu pai sempre teve uma paixão incontrolável pelo que chamava, carinhosamente, de “*a roda*”. Referia-se ao volante, qualquer volante. Era fanático por carros, camiões, tratores, enfim, tudo que tivesse rodas e motor! Só não foi mecânico porque isso exigia muito esforço e *enforretava* a roupa! Essa paixão, por si só, não seria um problema, não fosse o fato de que, mais ainda do que de volantes, ele gostava do que chamava de “liberdade”. Aí sim, a conjugação dessas duas paixões é que acabou por potencializar a capacidade de atrair problemas vida afora. Às vezes pego-me a desconfiar que tudo isso queria dizer que não gostava mesmo é de trabalho duro, mas posso estar a ser severo demais no meu julgamento. Se não gostava muito do trabalho duro não o culpo, afinal há tantas coisas melhores para se fazer na vida, não acham? Por que razão alguém iria gostar de trabalhar duro? Infelizmente a vida tem dessas idiosincrasias e por mais que tente evitar, há sempre uma força misteriosa que me impele a julgar o meu pai. Espero que os meus filhos consigam ser mais condescendentes comigo, embora eu duvide que o mereça.

Mas não vão achar que o meu pai era algum malandro, preguiçoso, ou coisa que o valha. Nada disso, não vamos exagerar. À sua maneira trabalhou a vida toda. À sua maneira, claro. Só que isso significava não gostar de horários, de padrões, de regras, enfim, não gostar de um emprego regular. Talvez isso não fosse um problema se indicasse propensão para o empreendedorismo. Mas não. Também nunca demonstrou qualquer espírito empreendedor. Nos poucos negócios em que se meteu só perdeu dinheiro. Era dono de uma fórmula infalível: se algo despontava como negócio promissor, pronto, lá ia ele, geralmente com alguns anos de atraso, atrás de uma oportunidade. Mal se metia no ramo, entretanto, era só prejuízo e dívidas. Que homem azarado,

nunca conseguiu ganhar dinheiro onde os outros o faziam. Parecia estar sempre um passo atrás do lucro, como se o perseguisse em câmara lenta, sem nenhuma convicção. Decididamente, senso de oportunidade não era o seu forte.

Muitos neurónios queimados depois, cheguei à conclusão que lhe faltava tino comercial, faro para os negócios, ambição. Mas há outra maneira de interpretar essa coisa: talvez fosse honesto demais, incapaz de mentir. Respeitava os amigos, cumpria a palavra, e isso não costuma fazer muito bem aos negócios, como bem sabem. Mas também não adianta negar – gostava de acordar tarde. Pois é, devia ser mesmo a tal da herança *carioca*. O certo é que nunca conseguiu levar adiante nenhum dos vários negócios em que se meteu. Foi assim com os táxis, foi assim com a comercialização de batatas “de semente”, foi assim com tudo que resolveu fazer. A única coisa que sempre fez muito bem e com devoção monástica, foi conduzir as viaturas dos bombeiros voluntários e o autocarro que transportava as equipas de base do glorioso e ingrato Desportivo de Chaves. Ah, é claro que ambas as funções, embora desempenhadas com extremado afinco por décadas a fio, nunca renderam um tostão. Era sempre um trabalho voluntário como voluntários são os bombeiros. Mas devia servir de desculpa para não se dedicar a outro que o remunerasse. Afinal, pensava, como poderia ter um emprego se precisava estar disponível para conduzir as ambulâncias e o autocarro do Desportivo? Pois é, sobrava voluntariado e faltava dinheiro, estávamos na presença do bom samaritano, teso, mas sempre prestativo. Mas quem se importava com dinheiro, esse detalhe sórdido que só é importante para quem o não tem? Dinheiro, ora o dinheiro! Vejamos isso por outra perspectiva: de certa forma, o meu pai foi precursor do trabalho de responsabilidade social tão admirado pelas

empresas de hoje. É irónico, mas para quem sempre chegava atrasado aos negócios, nisso ele foi precoce e pioneiro! Penso que achava que ao agir assim, descuidando do trabalho remunerado em troca do voluntário, a sua folclórica excentricidade e o seu feitio ranzinza seriam tolerados mais facilmente, como se fossem um preço a pagar, um mal necessário. Pode ser, mas eu não creio. Não sei se ele se deu conta alguma vez, mas, em várias oportunidades, já avançado na idade, pude perceber que algumas pessoas apenas o suportavam por que ele lhes havia sido útil, mas não tenho notícia de que alguém tenha reconhecido o seu valor pelos (muitos) serviços prestados voluntariamente à comunidade flaviense. A exceção fica por conta dos Bombeiros Voluntários Flavienses, onde sempre foi respeitado, admirado e condecorado. Também... pudera, foram mais de sessenta anos ininterruptos de dedicação. Salvou a vida a muita gente com a habilidade e rapidez com que conduzia as ambulâncias pelas precárias estradas da região, a caminho dos hospitais do Porto. Hoje, esquecido e doente, os amigos escasseiam e ele vive de lembranças, como se fosse um museu vivo e cheio de novidades para contar. Orgulha-se de coisas a que ninguém mais dá valor, continua a enfrentar os seus moinhos de vento, como um D. Quixote transmontano! Mas está sozinho, não há mais nenhum Sancho Pança a aturar-lhe as esquisitices, que esses, ingratos que são, deixaram-se convencer pela realidade, venderam os sonhos e fingem-se de mortos.

Mas naquele tempo lá ia tocando a vida à sua maneira, e, diga-se, com admirável humor. Ninguém mandava nele, dizia, orgulhoso, levantando a sobrelha esquerda, no que entendia ser um sorriso. Fazia apenas o que queria e o que gostava, e isso lhe bastava. Dinheiro? Ora dinheiro, isso era preocupação de gente sem classe, incapaz de sentimentos

mais nobres e altruístas. Hoje, a caminho dos 90, ao vê-lo ali abandonado, prostrado pela doença que o come devagar, mas implacavelmente, repetindo, confuso, as histórias do passado, penso nos poucos momentos que consigo passar ao seu lado: este homem poderia ao menos ter sido feliz à sua maneira, mas desconfio que nem isso conseguiu. Como felicidade também pressupõe esforço, dedicação, mudança de paradigmas e, muitas vezes, renúncia ao orgulho, também isso se revelou tarefa impossível de cumprir. E tenho a certeza de que o meu pai, embora sempre se esforçasse para disfarçar, nunca soube realmente o que era ser feliz. Começo a desconfiar que isso seja hereditário. Tal qual muitas outras mazelas que herdei da minha família, não será descabido supor que a incapacidade de ser feliz também tenha vindo incluída no meu pacote genético. Valha-me Deus!

Os fatos relevantes, no entanto, é que devem ser ressaltados, e é preciso entender algumas circunstâncias na trajetória do meu pai, para que seja possível compreender algumas passagens da minha vida, e as influências que as determinaram. O relacionamento familiar esfarelado pela incompatibilidade entre o meu avô e o meu pai, sempre foi determinante para definir os rumos que a família tomou. A relação do meu pai com o meu avô, como já devem ter intuído, nunca foi muito saudável. Havia ali uma mistura perigosa de amor e ódio que construiu uma convivência muito conflituosa, e que acabou por determinar muitos fatos desagradáveis no futuro. Desentendimentos são normais em qualquer família, principalmente nas famílias latinas, compostas de gente de sangue quente, nervos à flor da pele e língua afiada. Se até os anglo-saxões, com toda a tradição de fleuma e sangue frio, são capazes de esdrúxulas cenas de baixaria, como se pôde ver pelo rumoroso caso do príncipe

Charles e sua cândida Diana, o que dizer de reles mortais gerados em famílias machistas e conservadoras, onde as aparências, a maioria das vezes, contam mais que o conteúdo! Pois bem, as brigas constantes entre o meu avô e o meu pai, ao fim de alguns anos, acabaram por esgarçar tanto os laços familiares que o resultado só podia ser a ruptura. Zeloso dos princípios de família vigentes na época, o meu avô não via com bons olhos a tendência do filho para entregar-se a empregos, digamos, pouco à altura das possibilidades da família. De gerente de garagem (recusou a oportunidade de ser sócio) a auxiliar de escritório de advocacia (gabava-se de ser o datilógrafo mais rápido da cidade, como se isso fosse um feito a comemorar para o filho de uma respeitável família de abastados antepassados), o meu pai acabou por parar atrás do volante de um camião da *Sapex*, uma empresa de adubos de propriedade do Sr. Américo Teixeira, que ficava ali na hoje chamada Rua 25 de Abril, em frente ao *Grande Hotel*. Não era um camião qualquer, como fazia questão de explicar aos mais cépticos. Era uma *Berliet* de 40 toneladas, um veículo moderno, de procedência francesa, com o qual ele galgava as estradas esburacadas e sinuosas da região, como se pilotasse a última maravilha da tecnologia aeroespacial. Enfim, cada louco com a sua mania, mas era até agradável ouvi-lo contar as peripécias das muitas viagens para o Porto, com os seus 180 quilómetros de intermináveis e perigosas curvas, ou dos pitorescos povoados onde ia distribuir os sacos de adubo para os pequenos agricultores transmontanos. O sisudo senhor Carvalho, meu avô, embora não visse essa profissão com bons olhos, lá ia fazendo de conta que não se importava, e, no íntimo, torcia para que nenhuma ideia mais mirabolante saísse da *cachola* amalucada do filho. Justiça lhe seja feita, até entrou com uns “tostões” para que o filho, finalmente,

pudesse ter o próprio caminhão. Tudo em vão. Novas e fortes emoções ainda viriam.

Lá pelo final de 1952 o meu pai cultivava com afincos outros dos seus hábitos: correr atrás de um bom rabo de saia, ou simplesmente de um bom rabo, de preferência sem a saia. Mais uma vez não o culpo. Que homem pode dizer que não é um hábito prazeroso? Entre uma aventura e outra, no entanto, e foram muitas e variadas, conheceu Lídia, uma bela jovem com pouco mais de 17 anos, espevitada como pimenta malagueta. Foi fulminante, paixão à primeira vista, dessas em que o coração bate na garganta, e nos exaure o fôlego só de ficar perto! Na época já homem feito, com mais de 30 anos, o meu pai sucumbiu aos encantos da morena, que, diga-se a bem da verdade, era da pá virada. Em pouco tempo, não sem a intenção de dar mais uma estocada no orgulho do pai, acabou por casar-se com aquela que viria a ser a minha mãe. A pobre miúda estava com 18 anos e ele com 32, ou seja, para os padrões da época, era um casamento pouco plausível, principalmente se considerarmos que a minha futura mãe não estava grávida. É claro que havia nesse relacionamento um componente potencialmente mais perigoso do que uma gravidez indesejada, que, se tivesse acontecido, até tornaria, aos olhos do meu avô, a união mais justificável. O problema, mais uma vez, era fruto do orgulho e preconceito de uma sociedade hipócrita, de um puritanismo indecoroso. Quero crer que o senhor Carvalho *do tribunal* não gostava da minha mãe porque descendia de uma família de padeiros, sem nenhuma tradição, títulos ou credenciais que não fossem o trabalho honesto e uma ou outra pequena propriedade, conquistadas não por herança, mas a duras penas, com muito suor. Não importa. Casaram-se mesmo assim, contra tudo e contra todos, mas, essencialmente, contra o bom senso. Em

meados da década de 50, depois de deixar o emprego de motorista de camião, que já tinha causado uma trinca na rígida couraça moral do orgulhoso senhor Carvalho, o meu pai decidiu, não sei se por seu cáustico senso de humor se mesmo por vocação, comprar um táxi e passar a trabalhar na praça de Chaves, ironicamente situada bem ao lado do tribunal onde meu avô dava expediente. Olha aí a ironia novamente mostrando as delícias da sua perversidade! Obviamente ele não era um taxista comum, nada disso. Aliás, ele nem era um homem comum, nem ao menos um taxista! Enquanto os outros se esforçavam para chegar cedo para disputar os escassos clientes, o meu pai estacionava o carro na praça apenas após o almoço, e bem lá ao fundo, perto da *Estalagem Santiago*, bem longe da vista dos clientes. Isso tudo tinha uma razão – é que ele fazia questão de escolher quem queria transportar. No seu conceito, e nisso ele pode ter puxado um pouco à família, só transportava quem era merecedor (segundo a sua própria avaliação, claro) de pisar nos tapetes impecavelmente limpos do *Mercedes Benz 180 D*, matrícula MT-34-17, novinho em folha. Isso significava que ele limitava a clientela a umas poucas famílias da cidade, normalmente médicos, juízes, comerciantes, ou, no máximo, abastados lavradores amigos, desde que com as botas livres da lama transmontana. Com essa peculiar visão do negócio, a sua excentricidade fez história na praça de Chaves. Os (poucos) amigos verdadeiros que conseguiu admiravam-lhe o caráter recto, mas divertiam-se com as esquisitices pouco compatíveis com a profissão que escolhera. Ali era realmente um peixe fora d'água.



Eu, minha irmã Cris, meu pai e o Mercedes Benz 180D de 1957

Tinha muitas manias e parece que experimentava um estranho prazer em cultivá-las e exibi-las sempre que a ocasião surgia. Como o senso de oportunidade parecia não ser o seu forte, por vezes tornava-se inconveniente e apenas obtinha dos interlocutores uma mal disfarçada tolerância. Mas havia quem achasse divertido provocá-lo apenas para ouvir suas respostas pouco ortodoxas. Era dono de uma lógica indestrutível – daquelas que encerram uma discussão antes que ela comece, de uma língua afiada e de um humor cáustico e mordaz que fazia a alegria, e às vezes a raiva, de quem se colocava no caminho das suas verdades. Por exemplo, sempre prezou pela elegância, quer nos modos, quer no vestir ou falar. Afinal descendia de uma família de educação esmerada. A exemplo do pai, tinha o quinto ano, considerado suficientemente bom para os padrões de então, e fazia questão de ser cortês com todos os que o cercavam, independentemente de classe social. Em suma, era quase um *gentleman*, uma espécie de D. Quixote britânico, se me permitem a ousadia. Esta eu presenciei: era uma tarde cinzenta e fria de Inverno, com o termómetro a namorar os

zero graus, e lá estava ele a desfilar a irretocável elegância pelo passeio em frente à praça de táxis, no Largo do Arrabalde. Vestia um fato de lã, finos sapatos de cabedal (sola de borracha e botas são coisas de *parolo*, dizia, com convicção), camisa social e gravata. Por baixo, e apesar do frio intenso, apenas uma camisola interior de flanela, de manga comprida, mais para evitar o contacto direto da camisa com o corpo do que para espantar o frio. Era assim que sempre se vestia. Foi encontrá-lo a passear na calçada, de um lado para o outro, a bater os pés no chão na tentativa de aquecê-los um pouco, esfregando as mãos uma na outra. Em intervalos regulares, *abufava* nas mãos em forma de concha. Nada de luvas, prendiam-lhe os movimentos e prejudicavam o tacto. Era o retrato da elegância desconfortável. Não havia como negar que estava com frio. Um dos amigos, o também taxista Américo *Rambóia*, embrulhado num pesado sobretudo de lã, com um pulôver de gola alta, luvas e cachecol, e mesmo assim tiritando de frio, perguntou à queima roupa:

– “Ó Waldemar, não estás com frio, carago?”

– “Claro que estou, e tu?” – disparou o meu pai, em tom ríspido, já a fazer-se à crítica.

– “Porra, como não hei-de estar? Está um frio de rachar!” – respondeu o *Rambóia*, a bater os pés no chão e esfregando as mãos.

– “Pois bem o sei. Mas se estás com frio não precisavas andar aí vestido como um espantalho! Deves andar com mais de uma arroba de roupa em cima do pêlo, nenhuma delas de bom gosto, e mesmo assim continuas com frio!? Que carago, já que sentimos frio, pelos menos eu ando elegante e sem perder a classe, caraças!” – arrematou o senhor Waldemar, sem dar chance de resposta! Era assim mesmo, capaz de desarmar qualquer um com argumentos desconcertantes, improváveis até, mas impregnados de uma lógica difícil de rebater. Levava

esse jogo muito a sério, e isso dava ainda mais prazer aos seus contendores ocasionais. Para ele, vestir-se era um ritual. Jamais usava camisola de lã, chapéu (despenteava o cabelo, dizia ele), gorro, luvas, cachecol, galochas ou qualquer calçado que não fosse de cabedal legítimo (inclusive na sola). O fato bem cortado, omnipresente, só aceitava a companhia de um leve pulôver de caxemira, daqueles com decote em “v”, de forma que permitisse visualizar a indefectível gravata estampada. As refeições eram outro ritual digno de apreciar. A mais informal demorava, no mínimo, uma hora e meia. Era meticuloso e difícil de agradar. Capaz de conduzir por várias horas só para comer um prato especial num restaurante de que gostasse, nunca permitia que se comesse o que quer que fosse dentro do carro. Entrava no restaurante, metia-se à conversa com toda a gente, fazia amizade, ia entrando pela cozinha, metia-se com as cozinheiras, com as empregadas de mesa, enfim, era uma figura alegre e sempre bem-vinda em qualquer lugar. Mas era bastante exigente e tinha muitas manias na hora de comer. Gostava de batatas fritas, mas tinham que ser acabadas de fritar e colocadas no prato uma a uma, cortadas em dois pedaços. Enfim, era mais um ritual que consumia esticados minutos e impacientava um pouco quem não entendia a essência da arte de apreciar um bom prato, como ele costumava dizer. Havia também maneira certa de servir à mesa: *“a primeira coisa que deve vir para a mesa é o pão e o vinho”*, gostava de repetir. Concordo plenamente. Aliás, o que seria da vida sem rituais? Além de herança milenar, trazem organização e ordem, pois isso de viver em sociedade tem lá os seus mistérios. O importante é não levar as coisas tão a sério que resvalam para o comportamento obsessivo compulsivo, mas essa análise deixo-a para os psicanalistas, dos quais falarei mais adiante.

Do que o meu pai mais gostava mesmo era de conduzir. Qualquer que fosse o veículo, conduzia-o muito melhor do que a própria vida, pois para essa nunca teve muita habilidade. Um dia pilotou por vinte e três horas seguidas parando apenas para *fazer as necessidades*. Queria dormir em casa, justificava-se, como se tivesse algum apego à família. Viajar com ele era uma experiência deveras interessante. Não parava de contar histórias dos lugares por onde passava. Dono de uma memória prodigiosa descrevia lugares, situações, pessoas e episódios pitorescos de cada aldeiazinha do caminho. Mas viajar ao seu lado exigia preparo. Era preciso cumprir algumas regras, respeitar algumas manias. Primeira delas: nada de comer no carro.

– *“Isto aqui não é restaurante. Se quiseres comer, paramos e comemos no lugar certo, aqui não.”* – sentenciava, sem deixar margem para argumentos. Por vezes alguém reclamava.

– *“Mas, Waldemar, é só uma bolachita...Que mal há em comer uns biscoitos?”* – A resposta estava sempre na ponta da língua:

– *“No carro não! Automóvel foi feito para viajar e não para comer. Uns biscoitinhos aqui, umas bolachitas acolá, daqui a pouco enche-se isto aqui de formigas e depois dá um trabalhão para acabar com elas. Não senhor. Se quiserem eu paro lá mais à frente, mas comer no carro não.”* – Pronto, veredicto proferido, seguia-se a viagem e não se tocava mais no assunto. Aliás, ele não gostava muito de parar. No início da viagem dizia:

– *“Façam as necessidades, comam, estiquem as pernas, que o depósito já está atestado e agora só paro ao chegar. Quem não gostar, pode ir de autocarro que esse sim, pára muitas vezes. Eu não.”* – No fundo era um chato, dirão os mais intolerantes. Pode ser, mas era um chato com quem eu gostava muito de viajar. Era um *chromo* esse meu pai! E como é que eu poderia ser diferente, depois de um aprendizado destes?

Pois é, mas nem tudo era folclore ou excentricidade. Havia coisas muito sérias a acontecer. O meu avô, já pouco contente com o rumo que o filho estava a tomar, nem imaginava que logo depois levaria o golpe de misericórdia no seu orgulho burguês. Como contei há pouco, em meados de 1953, o meu pai resolveu casar-se com a namoradina, Lídia, a tal filha de um humilde padeiro da cidade, Manuel Abreu, mais conhecido como “Gaió”. Foi a gota d’água. As relações com o filho já estavam estremecidas pela lambança que este fazia com camiões, táxis e demais “volantes”. Não aguentou o ultraje de ver o filho, almofadinha, casar-se com uma rapariga sem eira nem beira. Numa atitude típica do temperamento tinoso dos “Carvalhos”, cortou relações com o filho e entregou-o à própria sorte. Coitada da minha avó Arminda, uma santa mulher, apanhada no fogo cruzado. De um lado a personalidade forte do marido e o sentido de obediência que era lei naquele tempo, do outro lado o infinito amor maternal pela sua cria desencaminhada. Situação difícil numa cidade da província, onde todos se conheciam pelo nome de família e onde certas regras eram, por assim dizer, inquebráveis. Foi um Deus nos acuda, a família ficou dividida, o pessoal dos panos quentes entrou em ação, mas... nada feito. O meu avô, do alto do seu superlativo orgulho, não engoliu a afronta e não quis mais saber do filho taxista. O meu pai, cuja teimosia só não era maior que a paixão pela rapariga faceira, não mexeu uma palha para melhorar a situação. Encarou. Casou-se e foi viver com a esposa numa casa que arrendou a um colega dos táxis. Ficava na parte histórica da cidade, se é que alguma coisa na cidade não era histórica. Era na Rua do Anjo, uma viela estreita, cheia de casarões antigos com avarandados altos e paredes coloridas, que fazia a ligação do Largo do Anjo com o formoso Jardim do Bacalhau. A minha avó materna

morava na rua de trás, onde mantinha uma bem afreguesada padaria familiar. E assim a vida seguiu em frente, com o meu pai a fazer de conta que trabalhava nos táxis sem se importar muito com as *tinhosices* do meu avô. Acho que fez muito bem. Afinal, não fora isso, eu não estaria aqui a contar a história.



Eu, em 1956, entre minha avó materna, Diamantina, e uma vizinha

Mais de um ano depois, em Setembro de 1955, eu fazia a minha estréia neste mundo, como já tive oportunidade de dizer. Vim trazido pelas mãos experientes da senhora Marcelina, habilidosa e dedicada parteira da Casa de Saúde do Dr. Alcino, que, tendo-a a ela, não precisava incomodar-se com partos de gente pouco importante. Nasci lá mesmo, no segundo andar da residência dos meus pais, na Rua do Anjo. Alto lá! Rua do Anjo? Seria um presságio? Acho que não. Está mais para contradição ou ironia, pois tenho muitos defeitos, confesso, mas ser anjo não será um deles, isso eu garanto! Ainda hoje, sempre que passo pela estreita ruela, não consigo

evitar um arrepio de emoção ao lembrar o tempo em que ali vivi. Segundo a minha mãe, eu era um bebé esperto, agitado. Mas, também, que mãe não acha o seu filho esperto, não é verdade? Mas vamos relevar os exageros de mãe. Na verdade, eu era mesmo agitado, inquieto, chorão e muito mimado. Era o primeiro filho de uma paixão possessiva, como possessivas devem ser as paixões. Paixão tal que ignorou os “muxoxos” de uma influente família para seguir o seu curso e gerar os seus frutos. Não podia ser diferente. Eu era especial, tinha que ser. Loiro como o miolo dos pães de trigo que a minha avó assava no enorme forno a lenha da padaria, faces sempre rosadas pela proximidade do fogo, olhos pequenos e inquietos, só sossegava quando a minha avó, já cansada da choraminguice, me punha a dormir na masseira onde o pão descansava antes de ir para o abrasador destino no fundo do forno. Era só ajeitar-me ali ao lado da massa, aquecido pelo bafo quente das brasas, que eu encontrava o sono e dava algumas horas de paz àquela senhora altiva e nervosa. A minha mãe, ainda muito jovem e sem experiência, ocupava-se em tentar manter o impulsivo marido longe de problemas. Não era tarefa das mais fáceis. O meu pai sempre gostou da borga, de viagens, de alegria, e, infelizmente para a minha mãe, era chegado a “mijar fora do pote” algumas vezes. Ficou muito feliz com o nascimento do primeiro herdeiro, mas isso não era motivo para mudar o seu festivo estilo de vida. Dona Diamantina, minha espevitada avó materna, há muitos anos divorciada do também padeiro Manuel *Gaio*, além de assar pães e folares que faziam a alegria de parte da cidade, e o desgosto do ex-marido agora concorrente, ainda ficou com o ónus de ajudar a sustentar a família, já que, por causa do estilo pouco ortodoxo que o meu pai usava para administrar a improvisada carreira de taxista, a “grana” era pouca e as despesas muitas. Sempre sobrava mês no fim do ordenado, e isso eu aprendi

bem com ele. Até hoje não consegui reverter essa perversa herança, e os meses continuam a sobrar, cada vez com mais constância.

Em Janeiro de 1957 nascia a minha irmãzinha, Cristina, uma pessoinha miúda e tímida, que parecia querer pedir licença até para existir. Pela atitude do meu pai quando do nascimento da filha, ausente numa viagem com amigos, já se pode ver que a paternidade não era lá a sua vocação mais forte. Tampouco o casamento, como se veria depois. A minha mãe, com a ajuda rabugenta, mas abnegada, da minha avó, foi levando a vida como pôde, driblando as dificuldades, procurando entender aquele mundo novo onde se metera por paixão. Algum tempo depois mudámos para uma casa na Rua da Ponte, bem ao lado da casa do meu avô materno, com o qual, aliás, as nossas relações eram bem menos quentes do que os pães que saíam da sua padaria para abastecer boa parte das aldeias dos arredores. Lembro-me bem dessa casa. Um corredor estreito e comprido começava logo depois da porta verde da rua. Uma escada com doze grandes degraus de madeira escura levavam ao pavimento superior, onde era a moradia propriamente dita. Na frente havia uma varanda com balaústre de madeira rendilhada, pintada de verde escuro, que era a nossa área de lazer. Ali se desenrolavam as brincadeiras e as principais atividades do meu dia. Havia outra varanda nos fundos, que dava para os terrenos das margens do rio Tâmega, mas que era mais utilizada como área de serviço por ser contígua à grande cozinha. Não me lembro bem de quantas divisões havia na casa, mas sei que era ampla, confortável e, principalmente, muito bem localizada. Ficava de frente para a rua principal da cidade. À direita, a cerca de dez ou quinze metros apenas, abria-se o Largo do Arrabalde, onde ficava o tribunal e a praça de táxis, coincidentemente os

locais de trabalho do meu avô e do meu pai. Em frente à nossa porta começava a Ponte Romana, monumento nacional que a todos enchia de orgulho. Nos dias atuais, de tão fotografada, Beto Serra, um amigo de infância, fotógrafo e *blogueiro* de primeira, alcunhou-a de *top model*. Com toda a justiça, fotografava bem por qualquer ângulo, acho que é a *Giselle Bundchen* das pontes! Toda construída em pedra, com dezoito arcos, naquela época já parte deles encobertos por construções urbanas que, ao longo dos séculos, foram mutilando a obra-prima de Trajano, o imperador que dá nome à ponte, era por ali que desfilava toda a cidade. Até hoje, quase completando dois mil anos, a Ponte Romana é o *ex-libris* da cidade de Chaves, o seu maior orgulho, seu principal cartão postal. Quem a olha fica a pensar como os romanos, sem cimento ou betão armado, conseguiram erigir aquela maravilha, assentando pedra sobre pedra, aplicando apenas as leis da física e da engenharia, com uma perfeição de causar inveja aos arquitectos de hoje (principalmente àqueles que, muitos séculos depois, mutilaram o Largo das Freiras, com a sua estúpida noção de modernidade)! Mas a ponte, além de ser a continuação da rua principal, era, para nós, também, a melhor ligação com o bairro da Madalena, na outra margem do rio, onde meu avô residia. Isso significava, evidentemente, que o senhor Carvalho *do tribunal* era obrigado a passar várias vezes ao dia na porta da nossa casa, criando situações embaraçosas numa cidade onde todos exerciam com prazer o desporto mais praticado: falar da vida dos outros. A Madalena era também a principal entrada da cidade, o que significa dizer que quase todos os que chegavam a Chaves eram obrigados a passar à frente da minha porta, transformando as minhas tardes numa festa contínua. Era um regalo! Às quartas-feiras, então, como era dia de feira (vinham as pessoas das aldeias fazer as compras à cidade e vender as suas

mercadorias e o seu gado), o movimento era intenso e formava um mosaico divertido que nos encantava. Passávamos horas naquela varanda, inventando histórias para cada figura que desfilava lá na rua. Às vezes descíamos para a calçada e por ali ficávamos, a admirar aquela gente, aquela azáfama que nos deslumbrava. De tão variada, a *fauna* humana das quartas-feiras, era o nosso zoológico particular. Nem precisávamos pagar, era tudo de graça! Convém dizer que, naquela época, as nossas expectativas iam pouco além daquela ponte. Ela bastava-nos, era a passarela por onde desfilavam os nossos sonhos. O nosso futuro parecia caber nos limites daqueles arcos. Protegido pelas grades de ferro, não tardaria a fazer o caminho inverso, indo aconchegar-se **nas velhas ruas da Madalena, com suas quimeras, histórias centenárias** e muita, mas muita, melancolia a servir de cimento para os nossos desventurados alicerces. Seríamos mais duas vidas gastas ao redor das velhas árvores, a não ser que algo extraordinário acontecesse. Quem sabe?



Minha irmã (no colo de minha mãe), eu e minha avó materna

II AS VISITAS À CASA DO SABUGUEIRO

A família continuava cortada ao meio, cada metade fingia ignorar a existência da outra, e nós, crianças, sem darmos muita importância àquilo, íamos aproveitando da melhor maneira o fato de viver numa cidade em que tudo era para nós familiar, exceto a família. Mas crianças são fáceis de satisfazer. Já o meu pai, esse, era bem mais difícil. Continuava nos táxis, escolhendo os passageiros que não lhe sujasse os tapetes do *Mercedes*. Enfim, dedicava-se com afincos crescente a ser o que sempre foi: um idealista envolto num manto de excentricidade. Se calhar, um excêntrico embrulhado num manto de idealismo, o que viria a resultar na mesma impossibilidade. Mas era com certeza um homem mimado e imaturo, sem ambição ou planos. Não sei qual das definições melhor lhe cabe. Por isso vou deixar que o leitor escolha, pois, como filho, sou obrigado a desconfiar da minha improvável imparcialidade. As relações dele com a família eram tensas, camufladas, fingidas, quase como se não houvesse relações nem família. Não poderia ser diferente. Um dos irmãos, Hélder, veio a ser também *chofer* de táxi (assim se chamavam os taxistas), mas nunca foram muito íntimos. Embora irmãos com poucos anos de diferença, a verdade é que nunca combinaram, nem sequer se entenderam. Os feitios eram opostos. O tio Hélder era mais sisudo, mais puxado ao pai, enquanto o meu pai, apesar das esquisitices, sempre foi muito popular e circulava com certa desenvoltura pelas festas e arraiais da região. Aliás, com muito mais desenvoltura do que convinha a um homem casado e pai de família. Entretanto, desde que o deixassem ser como era, não incomodava ninguém, vivia intensamente, aproveitando cada minuto como se fosse o último. Como a um louco, era preciso não lhe

contrariar as vontades e tudo estaria em paz. Curiosamente, esta interpretação que faço da sua maneira de ser, é bom que se diga, não tem como base o conhecimento profundo que eu tenha dele. Apesar do seu permanente bom humor e do seu comportamento afável, nunca foi dado a confidências ou intimidades com os filhos. Era retórico, quase uma personagem. Tampouco tinha o abraço fácil. Contacto físico, se o tinha amiúde e espontâneo, era lá com umas poucas *raparigotas* das aldeias, pois todos sabiam que as havia, espalhadas pelos portos onde ancorava o seu infalível paleio. O certo é que sempre teve dificuldade em demonstrar emoções sinceras. Escondia-se atrás das *performances* da personagem que criava para iludir a vida que se escoava por trás da aparente alegria. Ao iludir-se a si mesmo, tal qual o poeta fingidor de Fernando Pessoa, sentia-se mais seguro. Não tenho nada com isso, não escrevo para julgá-lo. Afinal, crianças não se metem nesses assuntos e adultos sabem a hora de fazê-lo, a qual, por certo, não é esta. Mas há coisas que não posso deixar passar, pois incomodam demais.

Uma delas é o fato de nunca ter recebido dele um afago, um carinho, um gesto que não fosse a mais pura expressão da formalidade com que ele mesmo tinha sido criado. Não me lembro se nos meus primeiros anos era diferente. Talvez fosse. Mas o que ficou, o que sempre me intrigou, foi a paradoxal certeza de saber que podia contar com ele sempre que precisasse, podia sentir o seu amor e a sua admiração por mim, mas nunca poder sentir a sua mão, os seus lábios, os seus braços em volta do meu pescoço, os seus dedos no meu cabelo... Disso não tenho memória. Por isso, a maneira como o descrevo aqui, passados mais de quarenta anos, é fruto da observação que a nossa convivência permitiu. É mais o resultado das espreitadelas ocasionais que eu conseguia dar para além da personagem com que encenava a convivência

comigo diuturnamente. Tal observação, portanto, não deve ser entendida como juízo de valor, e por certo não valeria em juízo. Como pessoa curiosa e observadora, já me habituei a ver e interpretar comportamentos, a intuir sentimentos, enfim, a conhecer pessoas. Só agora me arrisco a tentar interpretar, mais com percepções do que com certezas, aqueles que atravessaram a minha vida num passado que às vezes confundo com o presente. Se errar na minha avaliação, ainda que tarde demais, aqui deixo meu reparo e peço tolerância para com os meus deslizes. Perfeição é coisa dos deuses, e deuses são seres perfeitos demais para existirem de verdade. Eu sempre preferi seguir exemplos mais humanos, mais compreensíveis, mas era difícil encontrar algum na família enviesada onde cresci. Na falta de alternativas, precisei crescer e ser guiado apenas pelo que dizia a minha consciência. A julgar pelo resultado, ainda não sei se fiz uma boa escolha, mas fiz a escolha possível, isso eu garanto, e este pensamento, por sinal, não poderia ser mais “*carvalhescamente*” petulante! Ora, cada um com os seus demónios. Ainda é cedo para me julgarem, vamos aguardar mais alguns capítulos, deixem-me amadurecer mais um pouco. Vamos devagar com o andor que o santo é de barro.

Mas voltemos à Rua da Ponte e às brincadeiras com a minha irmãzinha. É claro que naquela época, eu com pouco mais de cinco anos e a minha irmã chegada nos quatro, não tinha consciência da confusão em que a minha família estava metida. As discussões passavam longe da minha compreensão, embora não dos meus ouvidos. Atritos, brigas e argumentos toscos eram coisas de adulto e pouco me importavam. Claro que não podia imaginar ainda até que ponto aquilo tudo poderia afetar-me. Era criança, agia como criança, queria e precisava ser criança. Mas as coisas também

não eram bem assim. Já compreendia que havia algo errado, e nunca achei a minha família normal. Mesmo sem ter maturidade para entender as razões da minha família ser assim, tão esquisita, eu podia, ao menos, compará-la com as famílias dos meus amigos. Nesses momentos percebia que a minha não era igual. Havia mais mistérios, mais conversas pelos cantos, sempre um clima pesado, uma tensão no ar. Apesar desse ambiente nublado, havia uma coisa que eu adorava e me deixava em polvorosa quando acontecia: eram as visitas à casa da minha avó paterna, Arminda, a mulher mais generosa que eu conheci em toda a vida. Só a visitávamos quando meu avô, que eu só conhecia de vista, se ausentava da cidade. Era divertido porque trazia para as nossas vidas um pouco de mistério e aventura. De vez em quando lá íamos nós até à Madalena, eu e a minha irmã e o meu pai (nunca a minha mãe, embora a minha avó Arminda nada tivesse contra ela, como, aliás, nada tinha contra nenhum ser vivo, principalmente se fosse católico e frequentasse a santa missa de domingo). Atravessávamos a ponte, indiferentes aos quase dois mil anos de história impregnados em cada pedra que nos via passar, e rumávamos para a Rua do Sabugueiro, onde os meus avós possuíam uma casa enorme, com um grande quintal na frente, e um jardim que me fascinava. A casa tinha sido construída em cima da velha muralha que outrora delimitava o perímetro do burgo medieval. O terreno tinha duas frentes, ficava numa esquina da rua, aliás, na única esquina da rua. Por um lado chegava-se a um largo portão de garagem, onde cabiam doze carros com folga, estacionados de frente para a velha muralha. Logo ao lado, uma pequena porta de metal dava acesso a um amplo corredor que terminava numa escadaria de pedra, com quinze degraus. Lá em cima ficava o tal jardim que eu adorava. Havia canteiros onde floresciam violetas, rosas e as famosas

hortênsias da avó Arminda. Tinha várias árvores frutíferas, como uma figueira, duas laranjeiras, um pessegueiro e até um limoeiro. Num canto do jardim ficavam as instalações dos animais domésticos que era costume criar: eram as *bezeiras* dos porcos, o galinheiro, a coelheira e um enorme armazém lá no fundo, com cerca de duzentos metros quadrados, a que chamávamos de “*palheiro*”, embora nunca lá tivesse visto um fio de palha. Era usado como depósito, despensa e até cozinha típica, com escano e lareira. Ao lado ficava o lagar, onde, a cada Setembro, as uvas eram amassadas com os pés e se produzia o vinho para consumo da família.

Agora voltemos à rua. Lá em baixo, depois da esquina, o acesso era feito por um pequeno portão de ferro vermelho, ao qual se seguia um corredor de cimento, estreito, ladeado por plantas, que levava ao enorme portão de ferro forjado que dava acesso à escadaria de pedra de que falei há pouco. Quem entrasse pelo pequeno portão vermelho podia ver à esquerda um amplo quintal, com mais de quinhentos metros quadrados, onde meu avô cultivava batatas, morangos, alface, cebola, e algumas outras hortaliças. Tudo era irrigado por um poço com cerca de cinco metros de profundidade, cuja água era puxada por uma bomba manual que ficava lá em cima no jardim, e que, quando acionada pela manivela de ferro que movia a enorme roda, fazia jorrar a água em abundância para os dois tanques de cimento, construídos ali para permitir a lavagem da roupa e a irrigação dos canteiros de flores. Para mim tudo era novidade. A casa da minha avó era quase imponente. A cozinha era iluminada por quatro amplas janelas de vidro martelado e folha dupla de madeira vermelha. Tinha até um *hall* que fazia a ligação com a sala de jantar.

Entrava-se nela por uma porta, também vermelha, de onde se via a passagem para a enorme sala de jantar da família, só

usada em ocasiões especiais. A mobília era antiga, pesada, cheia de peças que atestavam a tradição da família que ali morava. Era como um subtil recado: se não sobrava dinheiro, sobrava tradição, sobravam normas e costumes. Naquelas visitas furtivas, eu sentia que profanava um templo sagrado, sem que o Deus que ali habitava pudesse saber da minha presença ou seríamos todos excomungados. Deus me livre! Particularmente eu gostava da cozinha. Era ali que eram feitas as refeições diárias, numa mesa imponente e pesada, de madeira maciça de carvalho, que tinha um único pé com cerca de trinta centímetros de espessura, esculpido em forma de pata de leão. Lembro-me de que essa mesa, redonda, se abria ao meio para a colocação de uma tábua embutida por baixo do tampo, que permitia acrescentar mais dois lugares. A entrada principal da casa era feita por uma porta construída em ferro forjado, pintada de vermelho, que ficava entre dois lindos canteiros de flores amarelas e azuis, talvez amores-perfeitos. Passando a porta, havia um estreito corredor de cerca de três metros onde havia um belíssimo aparador feito de madeira e mármore com alguns porta-retratos, louças antigas e uns poucos livros. De frente para o corredor havia a sala de visitas com uma pequena sacada por cima da garagem, que dava para a rua principal e era decorada com móveis de vime também vermelhos. Acho que o meu avô já denunciava nas cores a sua intuitiva simpatia para com a esquerda socialista, mas isso ainda era assunto proibido em Portugal, capaz de levar a consequências perigosas quem nesse terreno se arriscasse. Por isso acho que ele se contentava em fazer do vermelho a cor predominante. Era talvez uma maneira simbólica de chamar a atenção, como que a dizer que se a vida na repartição pública era cinzenta e triste, pelo menos a casa transpirava cor e alegria.

Mas voltemos à casa. O corredor de entrada terminava num outro corredor mais longo, fazendo um “T”. Seguindo à esquerda chegava-se ao amplo quarto do meu avô, com duas enormes janelas que davam para a rua principal. A mobília era sóbria, de madeira escura trabalhada, com uma enorme cama de casal, um imenso guarda-fatos, uma penteadeira com um espelho oval de cristal, e dois criados mudos com gavetas e portas onde eram guardados os *penicos* de fina porcelana que eram comuns em toda a casa portuguesa da época. Voltando ao corredor, e passando pela porta da sala de visitas, encontrava-se o quarto da minha tia Dina, moça de belos olhos verdes, pouco passada dos trinta anos, e que, assim como a irmã mais nova, Nilde, era solteira e morava com os pais. Em frente ao quarto delas ficava a sala de estar, o ambiente onde a família mais convivia. Havia ali uma mesinha redonda, vestida com uma colcha espessa, costurada sob medida para cobrir do tampo aos pés, onde um estrado de madeira, com um buraco no meio, servia para receber a braseira de cobre que no Inverno aquecia os pés da família com suas brasas incandescentes. Por cima da mesa havia sempre uma toalha de croché, com elegantes desenhos florais, feita pelas mãos hábeis das mulheres da casa. Completavam a decoração da saleta, como era chamado o aposento, um velho rádio alemão *Grundig*, de ondas médias, e uma luminária de pé alto, que ficava atrás da poltrona de tecido ocupada pela minha avó. Quatro cadeiras com almofadas verdes faziam-lhe companhia. As paredes do casarão eram enfeitadas por figuras religiosas e retratos antigos da família. No fundo do corredor ficava a casa de banho, com azulejos brancos nas paredes e piso em branco e preto. Uma das paredes possuía uma janela de duas folhas que dava de frente para a escadaria de pedra que subia do quintal para o jardim. Uma banheira branca, de ferro, um bidé, um lavatório e uma sanita, faziam o conjunto

que combinava com a brancura do esquentador a gás, um *Junkers* do qual, infelizmente, me lembraria por toda a vida, depois de que, anos mais tarde, fui encontrado desacordado e quase asfixiado pela inalação do dióxido de carbono que, na falta de exaustor, se concentrara nos meus pulmões. Mas isso não vem ao caso, e nem o devia ter contado, pois assim já ficam a saber que mais tarde para lá fui morar. Coisa de amador. Acho que jamais serei um escritor de mistério. Serei mais um mistério como escritor, vá lá! O certo é que ao lado da casa de banho, numa das pontas do corredor, havia um pequeno pátio descoberto, um jardim de Inverno que servia como lavandaria, e onde conviviam, pacificamente, a botija de gás do esquentador e um pesado e obscuro oratório de madeira, peça de devoção da avó Arminda, que tinha uma figura de Nosso Senhor dos Passos, que mais assustava do que inspirava veneração. Na outra ponta do corredor havia uma porta que dava para uma estreita escada de madeira, com dois lanços e um patamar entre eles, que dava acesso ao piso superior, no nível do telhado, onde havia um corredor, e, à direita, dois pequenos quartos com telhado em forma de “V”, servidos por uma linda varanda comum, feita de tijolos e com acabamento em vermelho (olha o vermelho outra vez). Eram os quartos do sótão, ou mirante, como eram conhecidos. Serviam para eventuais visitantes de pouca importância, para as crianças que a família não tinha nem gostava de receber, ou para algum parente da aldeia de passagem pela cidade. As escapadas para visitar a minha avó eram sempre divertidas. Exigiam bastante cuidado para impedir que meu avô nos apanhasse na terrível falta de visitar a santa mulher. O meu pai ficava lá conosco por algumas poucas horas, sempre que avisado pelas irmãs que meu avô estava fora da cidade. A minha avó recebia a gente com um gostoso lanche, muito carinho e, lembro-me bem, uma mal disfarçada ansiedade,

provavelmente fruto da sensação de insegurança que experimentava por cometer o pecado de desobedecer ao intolerante marido. Para uma mulher criada sob princípios rígidos, dentro da mais tradicional moral religiosa, devia mesmo ser uma provação passar por aqueles momentos de escancarada rebeldia. Tenho a certeza de que ela se debatia entre o prazer de ver os netos e o filho querido – sim, o meu pai, ironicamente, sempre foi o mais mimado da casa –, e o desconforto de agir pelas costas do marido, a quem, na concepção da época, devia cega obediência.

Para um coração tão cheio de bondade como o da minha avó Arminda, aqueles encontros furtivos e ilegais deviam ser uma pesada penitência que ela, com a sua extrema e inabalável religiosidade, encarava com franciscana resignação. Alheio a tudo isso, o meu avô seguia a sua rotina. Os seus vencimentos mal faziam frente aos gastos da família, mas cultivava gostos sofisticados, incomuns para um homem da sua estatura social. Entre outras veleidades, só vestia fatos cortados pelos bons alfaiates do Porto, já que Lisboa, sua preferência, era tão longe que mais parecia ficção, capital de um país que em nada se parecia com o nosso. Mas não eram só as roupas que o atraíam na cidade grande. O meu avô sempre teve uma queda pela agitação e o *glamour* dos grandes centros, para onde ia frequentemente, em trabalho, e era apaixonado pelo teatro de revista. Gabava-se de apenas uma vez, sem alternativa, ter usado a carteira de oficial de justiça para conseguir assistir a um espetáculo que tinha os bilhetes esgotados há várias semanas. Era assim mesmo, contraditório, orgulhoso da sua condição de funcionário público incorruptível, e ao mesmo tempo, incapaz de um gesto de tolerância para com o filho desmiolado ou de reconhecer a inocência dos netos que teimava em ignorar. Há uma cena que ilustra bem essa contradição, e que me marcou pelo absurdo da mensagem

que transmite. Certa vez estava com a minha irmã a brincar na calçada da Rua da Ponte, em frente à casa onde morávamos, na companhia da senhora Azeveda, a empregada que cuidava de nós e da casa, já que o meu pai, ou por estar ainda apaixonado, ou para aliviar a consciência pelas suas constantes ausências, não gostava que a minha mãe fizesse trabalho doméstico. Mas isso também iria mudar. Pois bem, como todas as crianças saudáveis, brincávamos com grande alarido. Eu corria atrás da minha irmã, que fugia em círculos e gritava desesperada como se escapasse de um perigoso maluco (pensando bem, a comparação não é assim tão descabida). De repente, a senhora Azeveda aproximou-se de nós, pegou-nos pelas mãos encardidas e suadas, e encostou-nos às suas pernas, um de cada lado, apertados e imóveis. Não compreendi a razão, mas a velha senhora não deixava margem para dúvidas. Segurava firme como um polícia de choque, e não gostava de ser desobedecida. Troquei um rápido olhar com a minha irmã, como que a pedir apoio, e percebi que alguma coisa estava para acontecer. Alguns segundos depois a velha apontou para a esquina do Arrabalde e perguntou:

– *Meninos, sabeis quem é aquele senhor alto, de chapéu, que vem ali na esquina?*

Apenas balancei a cabeça negativamente, sem poder visualizar direito a figura a que a velha se referia. A Cristina permanecia imóvel, como que à espera do fim do que para ela parecia uma brincadeira qualquer. – *Pois aquele senhor é o vosso avô Carvalho, pai do senhor Waldemar, vosso pai.* – disse em tom de mistério, quase sussurrando.

– *Não sabia que o meu pai tinha um pai, Azeveda* – respondeu a minha irmã, entre decepcionada e curiosa. – *Claro que o senhor Waldemar tem pai, mas é que não se dão muito bem e ele não vos conhece.* – respondeu a velha empregada, como se cometesse uma indiscrição imperdoável. Eu estava a adorar

aquela cumplicidade, mas não conseguia digerir muito bem a informação. Nem deu tempo. O homem estava a meia dúzia de passos. Nunca vou esquecer aquela figura ereta, com o queixo levantado, nariz empinado, chapéu de feltro escuro combinando com o impecável fato cinzento, gravata grená sobre uma alvíssima e engomada camisa. O meu avô devia medir pouco mais de um metro e setenta e cinco, mas, naquele momento, para mim, aquela figura media mais de três metros e meio de altura! Com passos largos e firmes, a figura aproximava-se perigosamente, e eu, num reflexo involuntário, quase como num espasmo, apertei-me contra as coxas da Azeveda, que ainda nos tinha agarrados à cintura. Aquele homem desconhecido, de rosto comprido, papada protuberante e fofa, olhos espremidos e grandes orelhas, estava agora a menos de três passos de nós e parecia assustador. Mesmo tendo sido impossível não nos ver ali tão perto, a sua cabeça continuava reta e o seu olhar já alcançava o meio da ponte. Foi então que nossa velha empregada, em tom desafiador, se lhe colocou à frente e perguntou, sem rodeios: – *Ó senhor Carvalho, não quer conhecer os seus netos?* – Prendi a respiração, aquilo estava a ficar complicado. Sem olhar para baixo, sem modificar o passo, e não demonstrando qualquer traço de emoção, o senhor Carvalho apenas respondeu: – *Eu não tenho netos.* Eu era criança, mas aquilo percebi-o muito bem. E doeu. Não tinha sido uma resposta, mas uma sentença. Um veredicto sem direito a apelação. Do alto de seu orgulho cego, o meu avô tinha montado o inquérito, instruído o processo, presidido o júri e proferido a sentença, tudo sozinho, a um só tempo. Tinha decidido que nós, inocentes crianças com os cueiros há pouco tempo largados, estávamos impedidos de ter avô paterno. Estávamos condenados a uma família mutilada, rachada ao meio. Além disso, foi tal o desprezo da sua resposta, que mentiu